

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 08/2022
REGISTRO DE PREÇOS N.º 07/2022
PROCESSO N.º080/2022

O Pregoeiro do Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná, designado pela Resolução n.º 53, de 22 de Dezembro de 2021, publicada na Página 335 do Diário Oficial dos Municípios, de 23 de Dezembro de 2021, torna público aos interessados que fará realizar licitação para **REGISTRO DE PREÇO**, na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO**, representado pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**, tudo em conformidade com as regras estipuladas nos termos da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto n.º 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto n.º 7892, de 23 de janeiro e 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP n.º 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP n.º 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei n.º 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto n.º 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicado far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio do Sistema Eletrônico COMPRASNET.

DATA: 20/04/2022

HORÁRIO DE BRASÍLIA: 09h (nove horas).

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasnet.gov.br

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

1. DO OBJETO

1.1 Pregão eletrônico **REGISTRO DE PREÇOS para a contratação de empresa para prestação de serviços contínuos de análises laboratoriais**, com a quantidade e especificações técnicas constantes no Termo de Referência.

1.1.1 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto, descritas no COMPRASNET (CATMAT e CATSER), e as especificações constantes do Anexo II deste Edital, prevalecerão estas últimas.

1.1.2 A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens for de seu interesse.

1.1.3 O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.2 O limite máximo total de preço será o de R\$651.333,35 (seiscentos e cinquenta e um mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e cinco centavos). Ficando estabelecidos como limites máximos de preços para cada item os constantes no Anexo II.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 Não haverá adesões nesta Ata Registro de Preços, pois os produtos adquiridos já poderão ser compartilhados com os consorciados do Cispar.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2 O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.1.2. Os itens serão de participação de ampla concorrência, pois das cotações apenas 1(uma) empresa se enquadra no regime ME/EPP o que não traria competitividade ao certame, visto que o Pregão é referente a serviços e a ampla concorrência trará mais competitividade.

4.1.3 Os itens serão de participação de ampla concorrência, pois resultaram em deserto em licitações anteriores ou representam grave prejuízo para a administração pública. Considerando que o menor preço obtido não foi ofertado por microempresa ou empresa de pequeno porte, constata-se que não há vantagem para a concessão de tratamento diferenciado e simplificado, nos termos do art. 49, III da LC 123.

4.1.2 Este edital não é exclusivo para Micro, Pequena Empresa e MEI's – Justificativa: Tal separação diminuiria a economia com ganho, no tocante ao cumprimento do disposto no art. 48, III, da LC nº 123/2006 (cota reserva de 25% para ME/EPP), cumpre salientar que a própria Lei Complementar, em seu art. 49, estabelece as hipóteses normativas de afastamento dos critérios de tratamento diferenciado às ME's/EPP's, destacando-se a redação do inciso III: “Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando: [...] III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado”.

Da mesma forma, no intento de regulamentar tal disposição da LC nº 123/2006, o Decreto Federal nº 8.538/2015 dispõe em seu parágrafo único do art. 10, que, considera-se não vantajosa a contratação quando: I - resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência; ou II - a natureza do bem, serviço ou obra for incompatível com a aplicação dos benefícios”. Ademais, o próprio caput do art. 8º do decreto, ao prever a aplicação do benefício já apresenta a ressalva: “desde que não haja prejuízo para o conjunto ou o complexo do objeto”. Com efeito, a partir da transcrição de tais disposições normativas, conclui-se que a previsão do art. 48, III, da LC nº 123/2006 não é absoluta e inexorável, podendo ser afastada no caso concreto caso exista a devida motivação nos autos do procedimento licitatório. Considerando a natureza do objeto a ser contratado nos termos do artigo 49, inciso II, da LC 123/06, alterada pela LC 147/14, porém, o mesmo contempla benefícios da regularidade fiscal e trabalhista tardia e o empate ficto para as empresas enquadradas nesta condição. O fato do edital não ser exclusivo para Micro, Pequena Empresa e MEI's, não impede sua participação neste certame.

4.2 Serão concedidos tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.3 Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.3.1 Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2 Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.3 Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente

4.3.4 Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993

4.3.5 Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação.

4.3.6 Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio

4.3.7 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.4 Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.4.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.4.1.1 nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.4.1.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.4.2 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.4.3 que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências edilícias;

4.4.4 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.4.5 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.6 que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.4.7 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.8 que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.5 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 Valor unitário e total do item ou percentual de desconto;

6.1.2 Marca;

6.1.3 Fabricante;

6.1.4 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6 O licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema COMPRASNET, se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência.

6.7 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.7.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo

legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 5% (cinco por cento).

7.9 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.10 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.12 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.14 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.15 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;

7.15.1 Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

7.16 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.17 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.18 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.19 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.20 O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.21 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.22 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.23 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.24 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.25 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.26 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.27 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.28 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.29 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

7.29.1 no país;

7.29.2 por empresas brasileiras;

7.29.3 por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.29.4 por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.30 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.31 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.31.1 Após a etapa de lances e verificação dos documentos anexados, o pregoeiro irá convocar o licitante via CHAT, para negociação de valores e envio de documentos faltantes, no prazo de 20 minutos para a resposta do licitante, caso não se manifeste, poderá ser considerado desistente.

7.31.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.31.3 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o

caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.31.4 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2 O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

8.3 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.3.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.6 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas horas) sob pena de não aceitação da proposta.

8.6.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.6.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.8 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “*chat*” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.9 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.9.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.9.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.10 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.11 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1 SICAF;

9.1.2 Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.3.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.3.2 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.3.3 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.4 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.5 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1 O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas), sob pena de inabilitação.

9.4 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7 Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.8 Habilitação jurídica:

9.8.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.8.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4 inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.6 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.8.7 No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012.

9.8.8 No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

9.8.9 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.8.10 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva

9.9 Regularidade fiscal e trabalhista:

9.9.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5 prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6 prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.7 caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.9.8 caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.10 Qualificação Econômico-Financeira.

9.10.1 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

9.10.2 balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.10.2.1 No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

9.10.2.2 no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.2.3 é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

9.10.2.4 Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

9.10.3 A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.10.4 As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

9.11 Qualificação Técnica

9.11.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.11.1.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados e certificados são os exigidos individualmente item a item no termo de referência, quando existirem.

9.12 O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.13 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.13.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.14 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.15 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.16 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.17 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.18 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto

nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.19 O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

9.19.1 Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

9.20 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1 ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2 conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

11.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 20(vinte) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2 A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15. DA ATA DO PREGÃO

15.1 Homologado o resultado da licitação, os documentos referentes ao certame: ATA, ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO, RESULTADO POR FORNECEDOR ficarão disponíveis no site COMPRASNET na aba consultas, na pesquisa com o número do pregão e SIASG do órgão: 460681.

15.2 O certame é realizado pela plataforma oficial do governo, o órgão gerenciador e os licitantes participantes acessam respectivamente com o certificado digital, ao final os documentos oficiais são emitidos eletronicamente, com as respectivas classificações e lances, não sendo necessária ao final do certame a assinatura individual de cada participante.

15.3 Caso o licitante seja convocado à assinatura da ATA e HOMOLOGAÇÃO a Administração poderá encaminhar para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico (E-mail), para que seja assinada e devolvida no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.3 O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

15.4 Quando o licitante não for convocado para a assinatura da Ata, o firmamento e pedido se darão por meio de Nota de Empenho ou instrumento equivalente, com o número, item e fornecedor registrado na Ata, para a aquisição do produto/serviço.

15.5 A recusa da Nota de Empenho incidirá na desclassificação do licitante, com as possíveis sanções previstas e o licitante subsequente será convocado para o fornecimento do produto/serviço.

16. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

16.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente (NOTA DE EMPENHO).

16.2 O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento.

16.2.2 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

16.3 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

16.3.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

16.3.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

16.3.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

16.4 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

16.5 Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

16.5.1 Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

16.5.2 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

16.6 Na assinatura do contrato ou da ata, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata.

16.7 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata.

17. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

17.1 As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

18.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

19.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Edital e no Termo de Referência.

20. DO PAGAMENTO

20.1 As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

21.1.1 não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

21.1.2 não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

21.1.3 apresentar documentação falsa;

21.1.4 deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

21.1.5 ensejar o retardamento da execução do objeto;

21.1.6 não mantiver a proposta;

21.1.7 cometer fraude fiscal;

21.1.8 comportar-se de modo inidôneo;

21.2 As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

21.3 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.4 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

21.4.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

21.4.2 Multa de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

21.4.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

21.4.4 Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

21.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.6 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

21.7 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

21.8 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.9 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.10 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.11 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

21.12 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.13 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21.14 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

22. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

22.1 Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

22.2 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

22.3 Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

22.4 Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/213.

23. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

23.1 Até 03 (três) dias **úteis** antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital, no ultimo dia útil até as **16h59:59s** – Fim do horário de expediente do órgão.

23.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacaocispar@gmail.com ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Rua Pioneiro Miguel Jordão Martinez, 677, Parque Industrial Mário Bulhões da Fonseca, CEP 87065-660, Maringá - Paraná, departamento de Licitações.

23.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

23.4 Acolhida à impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

23.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital, no ultimo dia útil até as **16h59:59s** – Fim do horário de expediente do órgão.

23.6 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

23.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

23.7.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

23.8 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas através do sistema Comprasnet e vincularão os participantes e a administração, é de responsabilidade do interessado verificar as respostas e esclarecimentos no Comprasnet.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

24.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

24.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

24.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

24.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

24.11 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.consorcio cispar.com.br e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Rua Pioneiro Miguel Jordão Martinez, 677, Parque Industrial Mário Bulhões da Fonseca, CEP 87065-660, Maringá - Paraná, departamento de Licitações, nos dias úteis, no horário das 08 horas às 17 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

24.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

24.12.1 ANEXO I - Termo de Referência

24.12.2 ANEXO II – Modelo de Formulação de Proposta final

Maringá, 06 de Agosto de 2021

Valter Luiz Bossa

ANEXO I DO EDITAL
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços (SRP) para **contratação de empresa para prestação de serviços contínuos de análises laboratoriais** conforme especificações e quantidades estabelecidas neste instrumento.

1.2 Os ensaios devem ser subcontratados devido à demanda e necessidade dos clientes em atender as legislações específicas.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1.1. A aquisição será realizada por meio de SRP, conforme inciso II do Art. 3º do Decreto 7.892/2013, uma vez que convém à CISPARG a entrega parcelada dos bens, de acordo com a efetivação das necessidades previstas, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

2.1.2. A contratação constante do objeto/serviço em questão é justificada em virtude de tratar-se de análises contínuas que atendem as necessidades do consórcio CISPARG e seus consorciados. Faz-se necessária a sua aquisição para que seja evitada a interrupção no fornecimento, resultados, laudos e etc.

3. DO QUANTITATIVO E PREÇO DE REFERÊNCIA

3.1 Estimativa de aquisição

ITEM 01			
Serviço	Quant	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
<p>Serviço: Análise de Vírus Entéricos</p> <p>Especificação do serviço: Para ensaios em matriz de água bruta, água tratada, água para consumo humano e água residual.</p> <p>Critérios de aceitação:</p> <ul style="list-style-type: none">- Provedor externo deverá ter um Sistema de Gestão da Qualidade implementado e acreditado pela norma ABNT NBR ISO/IEC 17025, e tanto o ensaio, quanto as matrizes acima citadas, deverão fazer parte do escopo de acreditação da CGCRE–item 5.1.1.- O frasco para coleta deve ser entregue no CISPARG (podemos requisitar mesmo sem empenho) e o frasco já com a amostra para análise deve ser retirado no CISPARG, na Rua Pioneiro	05	R\$920,00	R\$4.600,00

Miguel Jordão Martinez, 677, Parque Industrial Mário Bulhões da Fonseca – Maringá – PR, CEP 87.065-660. Contato (44) 3123-2800/2817/2807/2815 no horário das 08h às 17h - ver item 6.1, 6.3 e 6.4.

- O relatório de ensaio deverá apresentar a declaração de conformidade relacionando a legislação comparativa de cada matriz citada, quando aplicável – item 7.1.

- Prazo de Entrega do Resultado: 40 dias - item 7.1.

- O Provedor externo deverá ter um LQ igual ou inferior ao valor máximo permitido mais restrito pela legislação comparativa de cada matriz citada, quando aplicável – item 7.2.

- Devem ser fornecidos/expressos todos os resultados de ensaios acima do Limite de Detecção e não apenas os resultados acima do Limite de Quantificação, se aplicável – item 7.3.

- Comunicar imediatamente, antes de realizarem a análise, qualquer não conformidade nas amostras recebidas – item 6.4.

Ao vencedor do item na licitação:

Documentos a serem avaliados do item

- Deverá fornecer o Escopo de acreditação CGCRE.

- Caso for subcontratar, o laboratório também deverá fornecer o Escopo de acreditação CGCRE do subcontratado.

- Enviar um documento mencionando a quantidade de amostra, o tipo de frasco, o preservante, a conservação da amostra, o prazo para análise e o prazo de validade (holding time se aplicável).

- Enviar uma proposta com os ensaios, método, LQ, LD, da mesma forma que irão sair no relatório final.

<p>- Enviar uma declaração que irão manter todas as informações que foram enviadas no dia do pregão e caso tenha alguma mudança durante a vigência deste pregão, irão nos informar antecipadamente.</p>			
ITEM 02			
<p>Serviço: Análise de Toxicidade à <i>Daphnia magna</i> e Toxicidade à <i>Vibrio Fischeri</i></p> <p>Especificação do serviço: Para ensaios em matriz de água bruta e água residual.</p> <p>Critérios de aceitação:</p> <p>- Provedor externo deverá ter um Sistema de Gestão da Qualidade implementado e acreditado pela norma ABNT NBR ISO/IEC 17025, e tanto o ensaio, quanto as matrizes acima citadas, deverão fazer parte do escopo de acreditação da CGCRE–item 5.1.1.</p> <p>- O frasco para coleta deve ser entregue no CISPARG (podemos requisitar mesmo sem empenho) e o frasco já com a amostra para análise deve ser retirado no CISPARG, na Rua Pioneiro Miguel Jordão Martinez, 677, Parque Industrial Mário Bulhões da Fonseca – Maringá – PR, CEP 87.065-660. Contato (44) 3123-2800/2817/2807/2815 no horário das 08h às 17h - ver item 6.1, 6.3 e 6.4.</p> <p>- O relatório de ensaio deverá apresentar a declaração de conformidade relacionando a legislação comparativa de cada matriz citada, quando aplicável – item 7.1.</p> <p>- Prazo de Entrega do Resultado: 25 dias - item 7.1.</p> <p>- O Provedor externo deverá ter um LQ igual ou inferior ao valor máximo permitido mais restrito pela legislação comparativa de cada matriz citada, quando aplicável – item 7.2.</p> <p>- Devem ser fornecidos/expressos todos os resultados de ensaios acima do Limite de Detecção e não apenas os resultados acima do</p>	100	R\$687,96	R\$68.796,00

<p>Limite de Quantificação, se aplicável – item 7.3.</p> <p>- Comunicar imediatamente, antes de realizarem a análise, qualquer não conformidade nas amostras recebidas – item 6.4.</p> <p>Ao vencedor do item na licitação:</p> <p>Documentos a serem avaliados do item</p> <p>- Deverá fornecer o Escopo de acreditação CGCRE.</p> <p>- Caso for subcontratar, o laboratório também deverá fornecer o Escopo de acreditação CGCRE do subcontratado.</p> <p>- Enviar um documento mencionando a quantidade de amostra, o tipo de frasco, o preservante, a conservação da amostra, o prazo para análise e o prazo de validade (holding time se aplicável).</p> <p>- Enviar uma proposta com os ensaios, método, LQ, LD, da mesma forma que irão sair no relatório final.</p> <p>- Enviar uma declaração que irão manter todas as informações que foram enviadas no dia do pregão e caso tenha alguma mudança durante a vigência deste pregão, irão nos informar antecipadamente.</p>			
ITEM 03			
<p>Serviço: Determinação de cistos de <i>Giardia</i> spp. e oocistos de <i>Cryptosporidium</i> spp.</p> <p>Especificação do serviço: Para ensaios em matriz de água bruta.</p> <p>Critérios de aceitação:</p> <p>- Provedor externo deverá ter um Sistema de Gestão da Qualidade implementado e acreditado pela norma ABNT NBR ISO/IEC 17025, e tanto o ensaio, quanto a matriz acima citada, deverão fazer parte do escopo de acreditação da CGCRE – item 5.1.1.</p>	10	R\$1.600,00	R\$16.000,00

- O frasco para coleta deve ser entregue no CISPAR (poderemos requisitar mesmo sem empenho) e o frasco já com a amostra para análise deve ser retirado no CISPAR, na Rua Pioneiro Miguel Jordão Martinez, 677, Parque Industrial Mário Bulhões da Fonseca – Maringá – PR, CEP 87.065-660. Contato (44) 3123-2800/2817/2807/2815 no horário das 08h às 17h - ver item 6.1, 6.3 e 6.4.

- O relatório de ensaio deverá apresentar a declaração de conformidade relacionando a legislação comparativa de cada matriz citada, quando aplicável – item 7.1.

- Prazo de Entrega do Resultado: 30 dias - item 7.1.

- O Provedor externo deverá ter um LQ igual ou inferior ao valor máximo permitido mais restrito pela legislação comparativa de cada matriz citada, quando aplicável – item 7.2.

- Devem ser fornecidos/expressos todos os resultados de ensaios acima do Limite de Detecção e não apenas os resultados acima do Limite de Quantificação, se aplicável – item 7.3.

- Comunicar imediatamente, antes de realizarem a análise, qualquer não conformidade nas amostras recebidas – item 6.4.

Ao vencedor do item na licitação:

Documentos a serem avaliados do item

- Deverá fornecer o Escopo de acreditação CGCRE.

- Caso for subcontratar, o laboratório também deverá fornecer o Escopo de acreditação CGCRE do subcontratado.

- Enviar um documento mencionando a quantidade de amostra, o tipo de frasco, o preservante, a conservação da amostra, o prazo para análise e o prazo de validade (holding time se aplicável).

<ul style="list-style-type: none"> - Enviar uma proposta com os ensaios, método, LQ, LD, da mesma forma que irão sair no relatório final. - Enviar uma declaração que irão manter todas as informações que foram enviadas no dia do pregão e caso tenha alguma mudança durante a vigência deste pregão, irão nos informar antecipadamente. 			
ITEM 04			
<p>Serviço: BTEX (Benzeno, Etilbenzeno, m,p-Xilenos, o-Xileno, Tolueno)</p> <p>Especificação do serviço: Para ensaios em matriz de água bruta, água tratada, água para consumo humano e água residual.</p> <p>Critérios de aceitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Provedor externo deverá ter um Sistema de Gestão da Qualidade implementado e acreditado pela norma ABNT NBR ISO/IEC 17025, e tanto o ensaio, quanto as matrizes acima citadas, deverão fazer parte do escopo de acreditação da CGCRE–item 5.1.1. - O frasco para coleta deve ser entregue no CISPARG (podemos requisitar mesmo sem empenho) e o frasco já com a amostra para análise deve ser retirado no CISPARG, na Rua Pioneiro Miguel Jordão Martinez, 677, Parque Industrial Mário Bulhões da Fonseca – Maringá – PR, CEP 87.065-660. Contato (44) 3123-2800/2817/2807/2815 no horário das 08h às 17h - ver item 6.1, 6.3 e 6.4. - O relatório de ensaio deverá apresentar a declaração de conformidade relacionando a legislação comparativa de cada matriz citada, quando aplicável – item 7.1. - Prazo de Entrega do Resultado: 15 dias - item 7.1. - O Provedor externo deverá ter um LQ igual ou inferior ao valor máximo permitido mais restrito pela legislação comparativa de cada matriz citada, quando aplicável – item 7.2. 	25	R\$190,45	R\$4.761,25

<p>- Devem ser fornecidos/expressos todos os resultados de ensaios acima do Limite de Detecção e não apenas os resultados acima do Limite de Quantificação, se aplicável – item 7.3.</p> <p>- Comunicar imediatamente, antes de realizarem a análise, qualquer não conformidade nas amostras recebidas – item 6.4.</p> <p>Ao vencedor do item na licitação:</p> <p>Documentos a serem avaliados do item</p> <p>- Deverá fornecer o Escopo de acreditação CGCRE.</p> <p>- Caso for subcontratar, o laboratório também deverá fornecer o Escopo de acreditação CGCRE do subcontratado.</p> <p>- Enviar um documento mencionando a quantidade de amostra, o tipo de frasco, o preservante, a conservação da amostra, o prazo para análise e o prazo de validade (holding time se aplicável).</p> <p>- Enviar uma proposta com os ensaios, método, LQ, LD, da mesma forma que irão sair no relatório final.</p> <p>- Enviar uma declaração que irão manter todas as informações que foram enviadas no dia do pregão e caso tenha alguma mudança durante a vigência deste pregão, irão nos informar antecipadamente.</p>			
ITEM 05			
<p>Serviço: ENSAIO DE PAH, incluindo os parâmetros: Acenafteno, Acenaftileno, Antraceno, Benzo(a)antraceno, Benzo(a)pireno, Benzo(b)fluoranteno, Benzo(g,h,i)perileno, Benzo(k)fluoranteno, Criseno, Dibenzo(a,h)antraceno, Fenantreno, Fluoranteno, Fluoreno, Indeno(1,2,3,cd)pireno, Naftaleno, Pireno, Total de PAHs (L. Holandesa).</p> <p>Especificação do serviço: Para ensaios em matriz de água bruta, água tratada, água para consumo humano e água residual.</p>	25	R\$190,45	R\$4.761,25

Critérios de aceitação:

- Provedor externo deverá ter um Sistema de Gestão da Qualidade implementado e acreditado pela norma ABNT NBR ISO/IEC 17025, e tanto o ensaio, quanto as matrizes acima citadas, deverão fazer parte do escopo de acreditação da CGCRE – item 5.1.1.

- O frasco para coleta deve ser entregue no CISPAP (podemos requisitar mesmo sem empenho) e o frasco já com a amostra para análise deve ser retirado no CISPAP, na Rua Pioneiro Miguel Jordão Martinez, 677, Parque Industrial Mário Bulhões da Fonseca – Maringá – PR, CEP 87.065-660. Contato (44) 3123-2800/2817/2807/2815 no horário das 08h às 17h - ver item 6.1, 6.3 e 6.4.

- O relatório de ensaio deverá apresentar a declaração de conformidade relacionando a legislação comparativa de cada matriz citada, quando aplicável – item 7.1.

- Prazo de Entrega do Resultado: 15 dias - item 7.1.

- O Provedor externo deverá ter um LQ igual ou inferior ao valor máximo permitido mais restrito pela legislação comparativa de cada matriz citada, quando aplicável – item 7.2.

- Devem ser fornecidos/expressos todos os resultados de ensaios acima do Limite de Detecção e não apenas os resultados acima do Limite de Quantificação, se aplicável – item 7.3.

- Comunicar imediatamente, antes de realizarem a análise, qualquer não conformidade nas amostras recebidas – item 6.4.

Ao vencedor do item na licitação:

Documentos a serem avaliados do item

- Deverá fornecer o Escopo de acreditação CGCRE.

<p>- Caso for subcontratar, o laboratório também deverá fornecer o Escopo de acreditação CGCRE do subcontratado.</p> <p>- Enviar um documento mencionando a quantidade de amostra, o tipo de frasco, o preservante, a conservação da amostra, o prazo para análise e o prazo de validade (holding time se aplicável).</p> <p>- Enviar uma proposta com os ensaios, método, LQ, LD, da mesma forma que irão sair no relatório final.</p> <p>- Enviar uma declaração que irão manter todas as informações que foram enviadas no dia do pregão e caso tenha alguma mudança durante a vigência deste pregão, irão nos informar antecipadamente.</p>			
ITEM 06			
<p>Serviço: ENSAIO DE TPH, incluindo os parâmetros: TPH Faixa Diesel (DRO), TPH Faixa Gasolina (GRO), TPH Faixa Óleo (ORO), TPH Faixa Querosene (KRO), TPH Finger Print, TPH Total por faixa específica (C08-C40).</p> <p>Especificação do serviço: Para ensaios em matriz de água bruta, água tratada, água para consumo humano e água residual.</p> <p>Critérios de aceitação:</p> <p>- Provedor externo deverá ter um Sistema de Gestão da Qualidade implementado e acreditado pela norma ABNT NBR ISO/IEC 17025, e tanto o ensaio, quanto as matrizes acima citadas, deverão fazer parte do escopo de acreditação da CGCRE–item 5.1.1.</p> <p>- O frasco para coleta deve ser entregue no CISPAR (podemos requisitar mesmo sem empenho) e o frasco já com a amostra para análise deve ser retirado no CISPAR, na Rua Pioneiro Miguel Jordão Martinez, 677, Parque Industrial Mário Bulhões da Fonseca – Maringá – PR, CEP 87.065-660. Contato (44) 3123-2800/2817/2807/2815 no horário das 08h às 17h - ver item 6.1, 6.3 e 6.4.</p>	25	R\$190,45	R\$4.761,25

- O relatório de ensaio deverá apresentar a declaração de conformidade relacionando a legislação comparativa de cada matriz citada, quando aplicável – item 7.1.
- Prazo de Entrega do Resultado: 15 dias - item 7.1.
- O Provedor externo deverá ter um LQ igual ou inferior ao valor máximo permitido mais restrito pela legislação comparativa de cada matriz citada, quando aplicável – item 7.2.
- Devem ser fornecidos/expressos todos os resultados de ensaios acima do Limite de Detecção e não apenas os resultados acima do Limite de Quantificação, se aplicável – item 7.3.
- Comunicar imediatamente, antes de realizarem a análise, qualquer não conformidade nas amostras recebidas – item 6.4.

Ao vencedor do item na licitação:

Documentos a serem avaliados do item

- Deverá fornecer o Escopo de acreditação CGCRE.
- Caso for subcontratar, o laboratório também deverá fornecer o Escopo de acreditação CGCRE do subcontratado.
- Enviar um documento mencionando a quantidade de amostra, o tipo de frasco, o preservante, a conservação da amostra, o prazo para análise e o prazo de validade (holding time se aplicável).
- Enviar uma proposta com os ensaios, método, LQ, LD, da mesma forma que irão sair no relatório final.
- Enviar uma declaração que irão manter todas as informações que foram enviadas no dia do pregão e caso tenha alguma mudança durante a vigência deste pregão, irão nos informar antecipadamente.

ITEM 07

Serviço: Análise de metais por ICP-OES ou ICP-MS, para atender o Anexo XX, da Portaria de Consolidação nº 05/2017, alterado pela Portaria GM/MS nº 888/2021:

Especificação do serviço:

- Análise de metais por ICP-OES ou ICP-MS.
- Para ensaios em matriz de água bruta superficial, água bruta subterrânea, água para consumo humano e água residual.
- Deverá ter um LQ igual ou inferior aos valores abaixo – item 7.2.

Alumínio com $LQ \leq 0,2$ mg/L
 Antimônio com $LQ \leq 0,006$ mg/L
 Arsênio com $LQ \leq 0,01$ mg/L
 Bário com $LQ \leq 0,7$ mg/L
 Cádmio com $LQ \leq 0,003$ mg/L
 Chumbo com $LQ \leq 0,01$ mg/L
 Cobre com $LQ \leq 2$ mg/L
 Cromo com $LQ \leq 0,05$ mg/L
 Ferro com $LQ \leq 0,3$ mg/L
 Fósforo Total com $LQ \leq 0,03$ mg/L
 Manganês com $LQ \leq 0,1$ mg/L
 Mercúrio com $LQ \leq 0,001$ mg/L
 Níquel com $LQ \leq 0,07$ mg/L
 Selênio com $LQ \leq 0,04$ mg/L
 Urânio com $LQ \leq 0,03$ mg/L
 Zinco com $LQ \leq 5$ mg/L

Critérios de aceitação:

- Provedor externo deverá ter um Sistema de Gestão da Qualidade implementado e acreditado pela norma ABNT NBR ISO/IEC 17025, e tanto o ensaio, quanto as matrizes acima citadas, deverão fazer parte do escopo de acreditação da CGCRE – item 5.1.1.

- O frasco para coleta deve ser entregue no CISPAR (poderemos requisitar mesmo sem empenho) e o frasco já com a amostra para análise deve ser retirado no CISPAR, na Rua Pioneiro Miguel Jordão Martinez, 677, Parque Industrial Mário Bulhões da Fonseca – Maringá – PR, CEP 87.065-660. Contato (44) 3123-

900

R\$450,00

R\$405.000,00

2800/2817/2807/2815 no horário das 08h às 17h - ver item 6.1, 6.3 e 6.4.

- O relatório de ensaio deverá apresentar a declaração de conformidade relacionando a legislação comparativa de cada matriz citada, quando aplicável – item 7.1.

- Prazo de Entrega do Resultado: 15 dias - item 7.1.

- Devem ser fornecidos/expressos todos os resultados de ensaios acima do Limite de Detecção e não apenas os resultados acima do Limite de Quantificação, se aplicável – item 7.3.

- Comunicar imediatamente, antes de realizarem a análise, qualquer não conformidade nas amostras recebidas – item 6.4.

Ao vencedor do item na licitação:

Documentos a serem avaliados do item

- Deverá fornecer o Escopo de acreditação CGCRE.

- Caso for subcontratar, o laboratório também deverá fornecer o Escopo de acreditação CGCRE do subcontratado.

- Enviar um documento mencionando a quantidade de amostra, o tipo de frasco, o preservante, a conservação da amostra, o prazo para análise e o prazo de validade (holding time se aplicável).

- Enviar uma proposta com os ensaios, método, LQ, LD, da mesma forma que irão sair no relatório final.

- Enviar uma declaração que irão manter todas as informações que foram enviadas no dia do pregão e caso tenha alguma mudança durante a vigência deste pregão, irão nos informar antecipadamente.

- Enviar um modelo de relatório, demonstrando que os resultados de ensaio serão

<p>fornecidos/expressos acima do Limite de Detecção e não apenas os resultados acima do Limite de Quantificação.</p>			
ITEM 08			
<p>Serviço: Análise de metais por ICP-OES ou ICP-MS para atender a Resolução Conama nº 357/05:</p> <p>Especificação do serviço:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Análise de metais por ICP-OES ou ICP-MS. - Para ensaios em matriz de água bruta superficial, água bruta subterrânea, água para consumo humano e água residual. - Deverá ter um LQ igual ou inferior aos valores abaixo – item 7.2. <p>Alumínio <u>dissolvido</u>, com LQ $\leq 0,1$ mg/L Antimônio, com LQ $\leq 0,005$ mg/L Arsênio, com LQ $\leq 0,01$ mg/L Bário, com LQ $\leq 0,7$ mg/L Berílio, com LQ $\leq 0,04$ mg/L Boro, com LQ $\leq 0,5$ mg/L Cádmio, com LQ $\leq 0,001$ mg/L Chumbo, com LQ $\leq 0,01$ mg/L Cobalto, com LQ $\leq 0,05$ mg/L Cobre <u>dissolvido</u>, com LQ $\leq 0,009$ mg/L Cromo, com LQ $\leq 0,05$ mg/L Ferro <u>dissolvido</u>, com LQ $\leq 0,3$ mg/L Fósforo Total, com LQ $\leq 0,02$ mg/L* Lítio, com LQ $\leq 2,5$ mg/L Manganês, com LQ $\leq 0,1$ mg/L Mercúrio, com LQ $\leq 0,0002$ mg/L Níquel, com LQ $\leq 0,025$ mg/L Prata, com LQ $\leq 0,01$ mg/L Selênio, com LQ $\leq 0,01$ mg/L Urânio, com LQ $\leq 0,02$ mg/L Vanádio, com LQ $\leq 0,1$ mg/L Zinco, com LQ $\leq 0,18$ mg/L</p> <p>Critérios de aceitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Provedor externo deverá ter um Sistema de Gestão da Qualidade implementado e acreditado pela norma ABNT NBR ISO/IEC 17025, e tanto o ensaio, quanto as matrizes acima citadas, deverão fazer parte do escopo de acreditação da CGCRE– 	100	R\$450,00	R\$45.000,00

item 5.1.1.

*Não precisa ser acreditado neste LQ, mas será exigido igual ou abaixo desse limite.

- O frasco para coleta deve ser entregue no CISPAR (podemos requisitar mesmo sem empenho) e o frasco já com a amostra para análise deve ser retirado no CISPAR, na Rua Pioneiro Miguel Jordão Martinez, 677, Parque Industrial Mário Bulhões da Fonseca – Maringá – PR, CEP 87.065-660. Contato (44) 3123-2800/2817/2807/2815 no horário das 08h às 17h - ver item 6.1, 6.3 e 6.4.

- O relatório de ensaio deverá apresentar a declaração de conformidade relacionando a legislação comparativa de cada matriz citada, quando aplicável – item 7.1.

- Prazo de Entrega do Resultado: 15 dias - item 7.1.

- Devem ser fornecidos/expressos todos os resultados de ensaios acima do Limite de Detecção e não apenas os resultados acima do Limite de Quantificação, se aplicável – item 7.3.

- Comunicar imediatamente, antes de realizarem a análise, qualquer não conformidade nas amostras recebidas – item 6.4.

Ao vencedor do item na licitação:

Documentos a serem avaliados do item

- Deverá fornecer o Escopo de acreditação CGCRE.

- Caso for subcontratar, o laboratório também deverá fornecer o Escopo de acreditação CGCRE do subcontratado.

- Enviar um documento mencionando a quantidade de amostra, o tipo de frasco, o preservante, a conservação da amostra, o prazo para análise e o prazo de validade (holding time se aplicável).

<ul style="list-style-type: none"> - Enviar uma proposta com os ensaios, método, LQ, LD, da mesma forma que irão sair no relatório final. - Enviar uma declaração que irão manter todas as informações que foram enviadas no dia do pregão e caso tenha alguma mudança durante a vigência deste pregão, irão nos informar antecipadamente. - Enviar um modelo de relatório, demonstrando que os resultados de ensaio serão fornecidos/expressos acima do Limite de Detecção e não apenas os resultados acima do Limite de Quantificação. 			
ITEM 09			
<p>Serviço: Análise de metais por ICP-OES ou ICP-MS para atender a Resolução Conama nº 430:</p> <p>Especificação do serviço:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Análise de metais por ICP-OES ou ICP-MS. - Para ensaios em matriz de água bruta superficial, água bruta subterrânea, água para consumo humano e água residual. - Deverá ter um LQ igual ou inferior aos valores abaixo – item 7.2. <p>Arsênio, com LQ ≤ 0,5 mg/L Bário, com LQ ≤ 5,0 mg/L Boro, com LQ ≤ 5,0 mg/L Cádmio, com LQ ≤ 0,2 mg/L Chumbo, com LQ ≤ 0,5 mg/L Cobre <u>dissolvido</u>, com LQ ≤ 1,0 mg/L Estanho, com LQ ≤ 4,0 mg/L Ferro <u>dissolvido</u>, com LQ ≤ 15,0 mg/L Manganês <u>dissolvido</u>, com LQ ≤ 1,0 mg/L Mercúrio, com LQ ≤ 0,01 mg/L Níquel, com LQ ≤ 2,0 mg/L Prata, com LQ ≤ 0,1 mg/L Selênio, com LQ ≤ 0,30 mg/L Zinco, com LQ ≤ 5,0 mg/L Cromo Total, com LQ ≤ 1,1 mg/L Fósforo Total.</p> <p>Critérios de aceitação:</p>	30	R\$450,00	R\$13.500,00

- Provedor externo deverá ter um Sistema de Gestão da Qualidade implementado e acreditado pela norma ABNT NBR ISO/IEC 17025, e tanto o ensaio, quanto as matrizes acima citadas, deverão fazer parte do escopo de acreditação da CGCRE – item 5.1.1.

- O frasco para coleta deve ser entregue no CISPAP (podemos requisitar mesmo sem empenho) e o frasco já com a amostra para análise deve ser retirado no CISPAP, na Rua Pioneiro Miguel Jordão Martinez, 677, Parque Industrial Mário Bulhões da Fonseca – Maringá – PR, CEP 87.065-660. Contato (44) 3123-2800/2817/2807/2815 no horário das 08h às 17h - ver item 6.1, 6.3 e 6.4.

- O relatório de ensaio deverá apresentar a declaração de conformidade relacionando a legislação comparativa de cada matriz citada, quando aplicável – item 7.1.

- Prazo de Entrega do Resultado: 15 dias - item 7.1.

- Devem ser fornecidos/expressos todos os resultados de ensaios acima do Limite de Detecção e não apenas os resultados acima do Limite de Quantificação, se aplicável – item 7.3.

- Comunicar imediatamente, antes de realizarem a análise, qualquer não conformidade nas amostras recebidas – item 6.4.

Ao vencedor do item na licitação:

Documentos a serem avaliados do item

- Deverá fornecer o Escopo de acreditação CGCRE.

- Caso for subcontratar, o laboratório também deverá fornecer o Escopo de acreditação CGCRE do subcontratado.

- Enviar um documento mencionando a quantidade de amostra, o tipo de frasco, o

<p>preservante, a conservação da amostra, o prazo para análise e o prazo de validade (holding time se aplicável).</p> <ul style="list-style-type: none"> - Enviar uma proposta com os ensaios, método, LQ, LD, da mesma forma que irão sair no relatório final. - Enviar uma declaração que irão manter todas as informações que foram enviadas no dia do pregão e caso tenha alguma mudança durante a vigência deste pregão, irão nos informar antecipadamente. - Enviar um modelo de relatório, demonstrando que os resultados de ensaio serão fornecidos/expressos acima do Limite de Detecção e não apenas os resultados acima do Limite de Quantificação. 			
ITEM 10			
<p>Serviço: Análise de Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) total e dissolvida.</p> <p>Especificação do serviço:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Para ensaios em matriz de água bruta superficial, água bruta subterrânea, água para consumo humano e água residual. <p>Critérios de aceitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Provedor externo deverá ter um Sistema de Gestão da Qualidade implementado e acreditado pela norma ABNT NBR ISO/IEC 17025, e tanto o ensaio, quanto as matrizes acima citadas, deverão fazer parte do escopo de acreditação da CGCRE–item 5.1.1. - O Provedor externo deverá ser acreditado, pelo método respirométrico – 5210D – Referencia 23^a ed.:2017 e deverá ter um LQ igual ou inferior ao valor 10 mg/L. - O frasco para coleta deve ser entregue no CISPARG (podemos requisitar mesmo sem empenho) e o frasco já com a amostra para análise deve ser retirado no CISPARG, na Rua Pioneiro Miguel Jordão Martinez, 677, Parque Industrial Mário Bulhões da Fonseca – Maringá – PR, CEP 	500	R\$150,00	R\$75.000,00

87.065-660. Contato (44) 3123-2800/2817/2807/2815 no horário das 08h às 17h - ver item 6.1, 6.3 e 6.4.

- O relatório de ensaio deverá apresentar a declaração de conformidade relacionando a legislação comparativa de cada matriz citada, quando aplicável – item 7.1.

- Fornecer/expressar todos os resultados de ensaios acima do Limite de Detecção e não apenas os resultados acima do Limite de Quantificação – item 7.3.

- Comunicar imediatamente, antes de realizarem a análise, qualquer não conformidade nas amostras recebidas – item 6.4.

- Prazo de Entrega do Resultado: 10 dias - item 7.1.

Ao vencedor do item na licitação:

Documentos a serem avaliados do item

- Deverá fornecer o Escopo de acreditação CGCRE.

- Caso for subcontratar, o laboratório também deverá fornecer o Escopo de acreditação CGCRE do subcontratado.

- Enviar um documento mencionando a quantidade de amostra, o tipo de frasco, o preservante, a conservação da amostra, o prazo para análise e o prazo de validade (holding time se aplicável).

- Enviar uma proposta com os ensaios, método, LQ, LD, da mesma forma que irão sair no relatório final.

- Enviar uma declaração que irão manter todas as informações que foram enviadas no dia do pregão e caso tenha alguma mudança durante a vigência deste pregão, irão nos informar antecipadamente.

- Enviar um modelo de relatório, demonstrando que os resultados de ensaio serão

<p>fornecidos/expressos acima do Limite de Detecção e não apenas os resultados acima do Limite de Quantificação.</p>			
ITEM 11			
<p>Serviço: Análise de Carbono Orgânico Total (COT)</p> <p>Especificação do serviço: Para ensaios em matriz de água bruta, água tratada, água para consumo humano e água residual.</p> <p>Critérios de aceitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Provedor externo deverá ter um Sistema de Gestão da Qualidade implementado e acreditado pela norma ABNT NBR ISO/IEC 17025, e tanto o ensaio, quanto as matrizes acima citadas, deverão fazer parte do escopo de acreditação da CGCRE–item 5.1.1. - Deverá ter um LQ igual ou inferior ao valor 1mg/L. - O frasco para coleta deve ser entregue no CISPAR (podemos requisitar mesmo sem empenho) e o frasco já com a amostra para análise deve ser retirado no CISPAR, na Rua Pioneiro Miguel Jordão Martinez, 677, Parque Industrial Mário Bulhões da Fonseca – Maringá – PR, CEP 87.065-660. Contato (44) 3123-2800/2817/2807/2815 no horário das 08h às 17h - ver item 6.1, 6.3 e 6.4. - Prazo de Entrega do Resultado: 20 dias - item 7.1. - O relatório de ensaio deverá apresentar a declaração de conformidade relacionando a legislação comparativa de cada matriz citada, quando aplicável – item 7.1. - Fornecer/expressar todos os resultados de ensaios acima do Limite de Detecção e não apenas os resultados acima do Limite de Quantificação – item 7.3. - Comunicar imediatamente, antes de realizarem a análise, qualquer não conformidade nas amostras 	50	R\$145,60	R\$7.280,00

<p>recebidas – item 6.4.</p> <p>Ao vencedor do item na licitação:</p> <p>Documentos a serem avaliados do item</p> <ul style="list-style-type: none"> - Deverá fornecer o Escopo de acreditação CGCRE. - Caso for subcontratar, o laboratório também deverá fornecer o Escopo de acreditação CGCRE do subcontratado. - Enviar um documento mencionando a quantidade de amostra, o tipo de frasco, o preservante, a conservação da amostra, o prazo para análise e o prazo de validade (holding time se aplicável). - Enviar uma proposta com os ensaios, método, LQ, LD, da mesma forma que irão sair no relatório final. - Enviar uma declaração que irão manter todas as informações que foram enviadas no dia do pregão e caso tenha alguma mudança durante a vigência deste pregão, irão nos informar antecipadamente. 			
ITEM 12			
<p>Serviço: Análise de Ausência e Presença de Pseudomonas aeruginosa, para atender a Farmacopéia Brasileira 5ª Ed. 2010.</p> <p>Especificação do serviço: Para ensaios em matriz de água tratada.</p> <p>Critérios de aceitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Provedor externo deverá ter um Sistema de Gestão da Qualidade implementado e acreditado pela norma ABNT NBR ISO/IEC 17025, e tanto o ensaio, quanto as matrizes acima citadas, deverão fazer parte do escopo de acreditação da CGCRE–item 5.1.1. - O Provedor externo deverá ter um LQ igual ou inferior a 1 UFC/100 mL. 	20	R\$93,68	R\$1.873,60

- O frasco para coleta deve ser entregue no CISPARG (podemos requisitar mesmo sem empenho) e o frasco já com a amostra para análise deve ser retirado no CISPARG, na Rua Pioneiro Miguel Jordão Martinez, 677, Parque Industrial Mário Bulhões da Fonseca – Maringá – PR, CEP 87.065-660. Contato (44) 3123-2800/2817/2807/2815 no horário das 08h às 17h - ver item 6.1, 6.3 e 6.4.

- Prazo de Entrega do Resultado: 10 dias - item 7.1.

- O relatório de ensaio deverá apresentar a declaração de conformidade relacionando a legislação comparativa de cada matriz citada, quando aplicável – item 7.1.

- Fornecer/expressar todos os resultados de ensaios acima do Limite de Detecção e não apenas os resultados acima do Limite de Quantificação – item 7.3.

- Comunicar imediatamente, antes de realizarem a análise, qualquer não conformidade nas amostras recebidas – item 6.4.

Ao vencedor do item na licitação:

Documentos a serem avaliados do item

- Deverá fornecer o Escopo de acreditação CGCRE.

- Caso for subcontratar, o laboratório também deverá fornecer o Escopo de acreditação CGCRE do subcontratado.

- Enviar um documento mencionando a quantidade de amostra, o tipo de frasco, o preservante, a conservação da amostra, o prazo para análise e o prazo de validade (holding time se aplicável).

- Enviar uma proposta com os ensaios, método, LQ, LD, da mesma forma que irão sair no relatório final.

- Enviar uma declaração que irão manter todas as informações que foram enviadas no dia do pregão e caso tenha alguma mudança durante a vigência deste pregão, irão nos informar antecipadamente.			
TOTAL			R\$ 651.333,35

3.2 No caso de os resultados das análises serem comprometidos devido à má refrigeração, condições de transporte e/ou extrapolação do prazo máximo de realização (24 ou 48 horas), os custos da coleta serão por conta da empresa CONTRATADA, inclusive diárias e custos de viagens do servidor responsável, quando houver.

4. DA DISTRIBUIÇÃO

4.1. Os materiais deverão ser entregues na Rua Pioneiro Miguel Jordão Martinez, 677, Parque Industrial Mário Bulhões da Fonseca – Maringá – PR, CEP 87.065-660. Contato (44) 3123-2817 (whatsapp) ou (44) 3123-2815, e-mail recepção.cispar@consorciocispar.com.br, nos horários das 8h às 17h de segunda-feira à sexta-feira.

4.2. O quantitativo definitivo da aquisição inicial será indicado pela CONTRATANTE à época da emissão do empenho.

5. DA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

5.1. Para fins de habilitação, além das exigências administrativas e legais especificadas no edital, a empresa deverá apresentar:

5.1.1 Provedor externo deverá ter um Sistema de Gestão da Qualidade implementado e acreditado pela norma ABNT NBR ISO/IEC 17025, e tanto o ensaio, quanto as matrizes acima citadas, deverão fazer parte do escopo de acreditação da CGCRE.

6. DA ENTREGA

6.1. O Provedor Externo deverá disponibilizar os frascos de coletas necessários adequados para os ensaios, caixas térmicas, gelo reciclável, consumíveis para os parâmetros dissolvidos (podemos requisitar mesmo sem empenho), deverão ser entregues na Rua Pioneiro Miguel Jordão Martinez, 677, Parque Industrial Mário Bulhões da Fonseca – Maringá – PR, CEP 87.065-660. Contato (44) 3123-2817 (whatsapp) ou no (44) 3123-2815, e-mail recepção.cispar@consorciocispar.com.br no horário das 08h às 17h;

6.2. Os ensaios deverão ser realizados conforme a necessidade da CONTRATANTE, mediante emissão de Nota de Empenho;

6.3. Os frascos já com as amostras coletadas deverão ser retirados para análise no laboratório do CISPARG na Rua Pioneiro Miguel Jordão Martinez, 677, Parque Industrial Mário Bulhões da Fonseca – Maringá – PR, CEP 87.065-660. Contato (44) 3123-2817 (whatsapp) ou (44) 3123-2815, e-mail recepção.cispar@consorciocispar.com.br no horário das 08h às 17h;

6.3.1 Os frascos já com as amostras deverão ser retirados assim que solicitado pelo CISPARG, pois as coletas são realizadas pelo cliente e não são previstas pelo CISPARG. Não haverá “acumulo” de

amostras para que depois o subcontratado faça a retirada, a retirada deve ser assim que solicitado independente da quantidade de itens. Os itens não serão realizados todos ao mesmo tempo, nem as quantidades;

6.4. O Provedor Externo é responsável pelo transporte escolhido, devendo garantir que a amostra seja transportada em conformidade com as metodologias e em tempo hábil para a validade do ensaio. Inclusive então para ensaios com prazo de 24h – 48h a partir da coleta, ensaios com necessidade de congelamento, de refrigeração $\leq 6^{\circ}\text{C}$ e outros. Deverão nos comunicar imediatamente, antes de realizarem a análise, qualquer não conformidade nas amostras recebidas, nos Contatos (44) 3123-2817 (whatsapp) ou (44) 3123-2815, e-mail recepcao.cispar@consorciocispar.com.br e coordenacaolab.cispar@consorciocispar.com.br;

6.5. O Provedor Externo deverá incluir nos valores o custo dos frascos, reagentes, consumíveis, caixas térmicas, gelo reciclável e transporte, devendo ser diluído nos valores dos ensaios.

7. DO ACEITE

7.1 Os resultados das análises serão fornecidos sob forma de Relatório de Ensaio (incluindo declaração de conformidade, opiniões e interpretações), segundo a norma técnica ABNT NBR ISO/IEC 17025. Deverá ser avisado via e-mail (pecispar@gmail.com) e (coordenacaolab.cispar@consorciocispar.com.br) que o relatório de ensaio está pronto e o prazo de entrega está especificado em cada item.

7.2 O LQ – “Limite de Quantificação” deverá ser igual ou inferior ao valor máximo permitido (VMP) mais restrito pela legislação comparativa de cada matriz citada, quando aplicável especificado em cada item.

7.3 Devem ser fornecidos/expressos todos os resultados de ensaios acima do Limite de Detecção e não apenas os resultados acima do Limite de Quantificação.

7.4 Deverão informar a quantidade de amostra, o tipo de frasco, o preservante, a conservação da amostra, o prazo de validade e o prazo para análise. Caso o prazo de análise seja diferente do prazo de validade, deverão nos orientar quanto a preservação, caso haja necessidade.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. A CONTRATADA, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar parte do serviço, até o limite admitido de 50% (cinquenta por cento) pela Administração (Art.72 da Lei 8.666/93). Caso for subcontratado, o laboratório também deverá fazer parte da RBLE - Rede Brasileira de Laboratórios de Ensaios. Se for subcontratar, fornecer o nome do laboratório com o número do escopo, ou os métodos, LQ e LD.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Fiscalizar o Contrato e, em particular, atestar os resultados esperados e os níveis de qualidade exigidos frente ao objeto executado;

9.2. Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento dos produtos, no prazo estabelecido, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências previstas

9.3. Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, quanto a qualquer irregularidade identificada na execução do objeto, determinando o que for necessário à sua regularização;

9.4. Aplicar as penalidades cabíveis;

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Tomar todas as providências necessárias à fiel execução do objeto do Contrato, dentro dos parâmetro e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis;

10.2. Entregar os produtos em Maringá - PR, nas instalações da **CONTRATANTE**, conforme requisitos estabelecidos na especificação técnica e nos demais termos do Edital;

10.3. Entregar os produtos e documentações e executar o objeto tempestivamente, dentro do prazo negociado, atendendo aos requisitos de qualidade exigidos;

10.4. Manter, durante toda a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive da certidão negativa de débitos trabalhistas, em cumprimento ao disposto na Lei 12.440 de 07/01/2011;

10.5. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela **CONTRATANTE**, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;

10.6. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes deste Contrato;

10.7. Aceitar, nas mesmas condições do ajuste, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato;

10.8. Disponibilizar após a entrega dos produtos, os contatos (endereço web e/ou e-mail e/ou telefone) para abertura de chamado de garantia e suporte técnico;

10.9. Tomar todas as providências necessárias ao fiel fornecimento dos serviços, objeto desta licitação, promovendo a substituição dos mesmos, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do requerimento da **CONTRATANTE**, caso verificada a sua desconformidade durante a realização dos testes de aceite;

10.10. No caso de os resultados das análises serem comprometidos devido à má refrigeração, condições de transporte e/ou extrapolação do prazo máximo de realização (24 ou 48 horas), os custos da coleta serão por conta da empresa **CONTRATADA**, inclusive diárias e custos de viagens do servidor responsável, quando houver.

11. DA ESTIMATIVA DA DESPESA

11.1 Considerando a média dos preços praticados no mercado, a aquisição total está estimada em R\$651.333,35 (seiscentos e cinquenta e um mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e cinco centavos).

12. DO PAGAMENTO DA DESPESA

12.1. O pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, por intermédio de Ordem Bancária, emitida até o 20º (vigésimo) dia útil, contado do recebimento definitivo do objeto executado, compreendida nesse período a fase de ateste da Nota Fiscal/Fatura - a qual conterà o endereço, o CNPJ, o número

da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da empresa, a descrição clara do objeto do contrato - em moeda corrente nacional, por intermédio de Ordem Bancária e de acordo com as condições constantes na proposta da empresa e aceitas pela CONTRATANTE;

12.2. O pagamento dependerá do ateste da Nota Fiscal/Fatura pela equipe da **CONTRATANTE** realizado ao final de cada período de prestação de serviço;

12.3. Para execução do pagamento, a **CONTRATADA** deverá fazer constar como beneficiário/cliente da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, o Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná, CNPJ nº 04.823.494/0001-65;

12.4. A Nota Fiscal/Fatura correspondente será examinada diretamente pelo Fiscal designado pela **CONTRATANTE**, o qual somente atestará a execução do objeto e liberará a referida Nota Fiscal/Fatura para pagamento quando cumpridas, pela **CONTRATADA**, todas as condições pactuadas relativas ao objeto do Contrato;

12.5. Previamente a cada pagamento à **CONTRATADA**, a **CONTRATANTE** realizará consulta ao SICAF e as demais certidões (CEIS, CNJ, CNDT), para verificar a manutenção das condições de habilitação;

12.6. Constatada a situação de irregularidade da **CONTRATADA**, esta será notificada, por escrito, no sentido de que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis – prorrogáveis uma vez, por igual período, a critério da Administração, sem prejuízo do pagamento pelo fornecimento/prestação já executado, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. Persistindo a irregularidade, a **CONTRATANTE** deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual, nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à **CONTRATADA** a ampla defesa.

13. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

13.1. O contrato para os todos os itens terá vigência de até 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, face aos prazos de entrega e de procedimentos de recebimento fixados.

14. DO CRONOGRAMA

14.1. O cronograma de atividades será:

Todos os Itens			
Evento	Descrição do evento	Prazo Máximo	Responsável
1	Entrega da Nota de Empenho para a CONTRATADA	-	CONTRATANTE
2	Confirmação de recebimento da Nota de Empenho.	-	CONTRATADA
3	Retirada do material no CISPAR	Evento 2 + 01 dias úteis.	CONTRATANTE
4	Realização das análises	Evento 3 + 01 dias úteis.	CONTRATANTE
5	Entrega dos resultados	Evento 4 + 10 dias corridos.	CONTRATANTE

15. DO BEM COMUM

15.1. O objeto da presente aquisição pode ser objetivamente especificado por meio de padrões usuais de mercado. Desta forma, entendemos que o objeto pode ser classificado como bem comum, para fins do disposto no parágrafo único, art. 1º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, podendo, portanto, ser adquirido por meio de processo licitatório na modalidade pregão.

16. DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES

16.1. Já deverão estar incluídas no preço total todas as despesas de frete, embalagens, impostos, transporte, mão-de-obra, e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes da execução dos serviços;

16.2. A CONTRATANTE não aceitará, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

17. DOS ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

17.1. ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;

Maringá – PR, 26 de Outubro de 2021.

ANDRESA FABIANA GARCIA
Coordenadora Laboratório Cispar

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

Razão social e CNPJ:

Telefone:

Pessoa para contato:

2. PREÇOS

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1			Unidade	R\$	R\$
2			Unidade	R\$	R\$
3			Unidade	R\$	R\$

3. ENTREGA E/OU INSTALAÇÃO

Prazo de entrega e/ou instalação:

4. GARANTIA

Período de garantia:

Condições de prestação de assistência técnica:

5. VALIDADE DA PROPOSTA

Prazo de validade:

(não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação)

6. COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS

Nos preços propostos acima estão incluídos todas as despesas, frete, tributos e demais encargos de qualquer natureza incidentes sobre o objeto deste Pregão.

Esta empresa declara estar ciente de que a apresentação da presente proposta implica na plena aceitação das condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

(Local e data)

(Assinatura do Representante Legal, com NOME COMPLETO)



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
Rua Sofia Tachini, nº237 - Jardim Bela Vista
Jussara – Paraná – Cep 87.230-000
CNPJ: 04.823.494/0001-65 – Telefone: (44) 3262-5121

ANEXO III DO EDITAL
MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE
IMPEDITIVO À HABILITAÇÃO

[Nome da empresa], CNPJ n.º [indicar], sediada [Endereço completo], declara sob as penas da lei, que até a presente data, inexistente fato superveniente impeditivo para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

[Local e Data]

[Nome e Identidade do Declarante]

ANEXO IV DO EDITAL
MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGAR MENOR

[Nome da Empresa] inscrita no CNPJ sob n.º [Indicar], por intermédio de seu representante legal o (a) Senhor (a) [Nome do Representante Legal], portador (a) da Carteira de Identidade n.º [Número da Carteira de Identidade] e do CPF N.º. [Número do CPF], declara para fins do disposto no Inciso V do Artigo 27 da Lei Federal n.º. 8.666/93, acrescido pela Lei n.º. 9.854/99, em conformidade com o previsto no Inciso XXXIII, do Artigo 7º, da Constituição Federal de 1988, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) menor (es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

Local e Data

[Nome do Representante Legal da Empresa]
[Cargo / Telefone]